

ENTREVISTA COM ANTÔNIO JOSÉ SARAIVA  
Carlos Vogt (Unicamp)

Esta entrevista foi realizada em 1979, quando Antônio José Saraiva esteve no Brasil como professor visitante da USP. Foi-me encomendada pela revista Isto É que, por razões técnicas de espaço, dela publicou uma parte muito pequenina.

Em 1984, quando o professor Saraiva esteve novamente no Brasil, desta vez a convite da Unicamp, reacendeu-me a pena de não ter publicado a entrevista na íntegra.

É o que fazemos agora.

Apesar de transcorridos alguns anos desde o nosso encontro no hotel da Rua Joaquim Eugênio de Lima, em São Paulo, onde Antônio José Saraiva estava hospedado, o leitor sentirá a viva atualidade das respostas de Antônio José Saraiva. Terá, assim a oportunidade de acompanhar-lhe a tranquilidade da sólida erudição, deixando-se conduzir, no dinamismo próprio das grandes inteligências, por terras de literatura, de cultura, de política, de economia, com especial destaque para a situação de Portugal antes e depois do movimento de 25 de Abril que levou à derrubada a ditadura salazarista.

Carlos Vogt: Professor, vamos começar da maneira mais simples, pedindo-lhe que fale um pouco de si mesmo.

Antônio José Saraiva: Nasci numa cidade da Beira, litoral, mas minhas raízes familiares estão no interior de Portugal, numa região bastante atrasada. Cresci-me em Leiria e em Lisboa. Em Lisboa fiz minha formação cultural. Tive uma carreira um bocadinho acidentada, por uma certa recusa quase instintiva do sistema universitário português. Isto ainda na minha juventude; mais tarde, em virtude de participar na oposição ao regime, o que me levou a uma prisão e à impossibilidade de concorrer a cargos públicos. Aí pôs-se um problema de sobrevivência que explica em parte a origem da História da Cultura, o que passou por ser uma obra em fascículos e que numa fase posterior me obrigou à emigração. Frequentei, então, a Escola de Altos Estudos em Paris, frequentei o Collège de France, dei um pequeno curso de cultura portuguesa em Paris, produzi alguns trabalhos em língua francesa e posteriormente fui para a Holanda como titular de es-

tudos portugueses na Universidade de Amsterdã. Seguidamente, voltei a Portugal, posteriormente ao 25 de Abril, em 1975, a convite do Conselho Diretivo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, ao mesmo tempo, fui nomeado titular na Universidade Nova de Lisboa, e tenho trabalhado nestas duas até a data. Nasci no ano da revolução soviética que coincidiu por acaso com o aparecimento de Nossa Senhora de Fátima em Portugal.

Carlos Vogt: Quantos anos o senhor esteve fora de Portugal?

António José Saraiva: Estive 15 anos. Saí no princípio de 1961 e voltei na primavera de 1975.

Carlos Vogt: O senhor que pertenceu ao Partido Comunista Português e bastante cedo percebeu o processo de stalinização do partido, como vê o Eurocomunismo?

António José Saraiva: Penso que o Eurocomunismo não vai ao fundo da questão. A mim me parece que os partidos comunistas só têm duas possibilidades. Uma é recusar o jogo daquilo a que se chama a democracia burguesa, isto é, o sistema eleitoral, o sufrágio universal e o governo partidário. Recusar isto é, por consequência, restaurar uma ditadura do partido e uma sociedade de partido único. Esta é uma alternativa. A outra alternativa é inserir-se nesse processo político liberal, isto é, no sufrágio universal, no parlamento, nos partidos, nas maiorias governamentais e tentar obter o poder pela votação majoritária, mas isto obriga-os a aceitar que assim como podem ter o poder pela maioria, assim o poder perder, quando a maioria passar a outro partido. Isto significa, na realidade, a inserção do Partido Comunista no sistema liberal burguês e, por consequência, o desaparecimento daquilo que até agora tem sido específico dos partidos comunistas. Digamos que o Partido Comunista seria mais uma forma de social-democracia, nesta segunda hipótese. Agora, manter uma personalidade própria, que recusa tanto o jogo liberal como a ditadura do partido parece-me impossível. É assim que tendo a ver a coisa, mas também devo dizer que este ponto de vista é, talvez, um bocadinho surrário e que um estudo melhor do problema possa levar a outras conclusões.

Carlos Vogt: E quanto ao papel do intelectual nesse dinamismo social, nas propostas de modificações?

António José Saraiva: O intelectual só poderá realizar plenamente a sua missão se recusar a sociedade de mercado. O cientista deve trabalhar sem pensar no aproveitamento tecnológico da ciência porque este aproveitamento tecno-

lógico é, por sua vez, comandado pelo mercado. O artista, evidentemente, deve conservar acima das pressões sociais e políticas de mercado a integridade do seu projeto, do projeto que nasce da sua natureza intelectual mais íntima e mais profunda. O intelectual, segundo o que me parece, só o será se for um marginal na atual sociedade. No que respeita em especial ao escritor, penso que a sua função é a transformação do discurso. Portanto o escritor verdadeiramente transformador é aquele que consegue inventar um discurso diferente do discurso corrente. Lembro um caso que me parece extraordinário: é o caso do escritor brasileiro Guimarães Rosa. É um grande inventor de discurso.

Carlos Vogt: Que distinções o senhor faz entre cultura popular e cultura de massa?

Antônio José Saraiva: Parece que se tem feito uma certa confusão entre cultura popular e cultura tradicional. Pensamos que há uma cultura de massa; as massas estão aculturadas, mas não têm dinamismo cultural criador. As massas são incompatíveis com a criação cultural. Agora o que existiu, existe, não morreu completamente é uma criação cultural ao nível de pequenas coletividades que são marginalizadas pelo processo de comunicação urbana, e essa cultura que vem de longe, vem da Idade Média, que se tem transmitido, merece mais o nome de tradicional, pela sua forma de transmissão do que o nome de cultura popular, e muito menos o nome de cultura de massas. A palavra massa é uma palavra detestável. Basta pensar que a palavra massa sugere a idéia de uma pasta que os sujeitos históricos da política e da ideologia manipular a seu bel-prazer e com poderes de manipulação que hoje são absolutos, extraordinários. Portanto, cultura tradicional é precisamente aquela que não é manipulada por estes grandes meios de manipulação, aquela que está mais relacionada com uma vida que é a continuação de uma vida secular, que mergulha suas raízes mais longe. Ora, a cultura tradicional está a ser destruída pelos meios de comunicação de massa porque não pode ser dominada por eles, já que há uma incompatibilidade profundo. É como os índios que se recusaram à escravatura.

Carlos Vogt: O senhor que é autor de obras importantes da história da literatura e da história da cultura portuguesa, como definiria estas áreas do conhecimento?

Antônio José Saraiva: A cultura é a expressão de uma vida global. Não quer dizer que a cultura seja o processo desta vida global. É uma de suas manifestações. Aqui temos problemas extremamente complexos, como por exemplo, os conceitos de cultura e de civilização. Conviria, por uma questão de mé-

todo e até por uma questão prática de investigação, distinguir entre, inicialmente, a civilização - que abrange, de uma maneira geral, o comportamento humano em relação ao exterior, isto é, à natureza, e o comportamento humano em relação à organização da própria vida coletiva - da cultura que seria as manifestações da consciência dessa civilização. Quer dizer: consideraríamos cultura aquilo que é uma resposta da consciência a uma situação de fato, a uma inserção na natureza e a uma estrutura social que se constroem no dia-a-dia, por um processo quase automático de que os homens nem sempre são conscientes, ou de que têm uma consciência errada. Ora, este processo automático, e não consciente, de formação da sociedade, de manutenção da sociedade e de relação com o exterior, processo que abrange os utensílios de produção, as estruturas sociais, as formas de organização social, é inconsciente e independente da vontade individual, da vontade como projeto e como intenção. É no fundo, feita todas as contas, uma expressão de uma energia humana, portanto, de uma energia espiritual que não se conhece muitas vezes a si própria. Ora, este conhecimento que o homem tem de si próprio e que, por vezes não corresponde exatamente ao processo de desenvolvimento da civilização, manifesta-se através de expressões simbólicas, da arte, da literatura, da ideologia etc. A cultura seria, portanto, diferentemente da civilização, esta expressão simbólica da consciência da civilização. Não sei se me faço entender! Há a civilização e a consciência dela; a cultura da história seria a história da consciência da civilização. Isto de uma maneira geral.

Carlos Vogt: E quanto à literatura?

Antônio José Saraiva: No que respeita à literatura, ela pode ser incluída na cultura, na medida em que é uma das manifestações e talvez a principal, desta consciência simbólica da civilização e da realidade em geral. No entanto, creio, há duas maneiras de fazer história da literatura. Uma é a do ponto de vista da cultura. Então, a literatura está integrada num todo mais vasto. Mas pode-se também fazer história da literatura, ou simplesmente, digamos, teorizar a literatura independentemente do problema cultural. Seria fazer, digamos, por exemplo, o mesmo que faz o historiador da música; quer dizer, preocupado, fundamentalmente, com problemas estéticos, problemas de estrutura interna da obra literária que em certa medida são intertemporais. Poderos encontrar estruturas semelhantes em Hölderlin, ou em Proust, ou em Joyce, independentemente da época cultural em que se situar. E a literatura tem, a história da literatura, e o conhecimento da literatura como objetivo encontrar estas estruturas profundas. Quer dizer, isto seria uma concepção não diacrônica da literatura.

Nesta perspectiva, os problemas de encadeamento e sucessão dentro de uma história literária não seriam exatamente problemas de sucessão e encadeamento na história da cultura. Não sei se me faço entender. Isto é para responder muito sumariamente ao que disse.

Carlos Vogt: Em Portugal segundo sua maneira de ver e de acordo com uma certa crítica que o senhor faz em um de seus artigos, o senhor se refere a uma certa concepção da história da literatura portuguesa como preocupada com o anedótico, com o episódico. Neste sentido, ela se reduziria a uma espécie de passatempo, a um charadisco que perderia de vista os problemas da integração de conjunto, de perspectiva, da história da literatura dentro da cultura. O senhor acha que esta situação prevalece ainda em Portugal? Ou alguma coisa mudou e por que mudou?

Antônio José Saraiva: Sim, houve no século XIX e primeira metade do século XX, uma concepção da literatura, da história da literatura que no fundo afastava da observação do estudioso aquilo que é fundamental na literatura, que é o próprio texto, a análise do próprio texto, os valores do próprio texto e as técnicas do próprio texto. Esta concepção é profundamente positivista e existiu não só em Portugal, mas de uma maneira geral, na Europa Ocidental. É a crítica, por exemplo, representada por St. Beuve e por autores do mesmo estilo. Isso existiu em Portugal, talvez agravado pela ausência duma tradição crítica anterior, mas creio que esta fase hoje está superada e que nós entramos por um caminho muito diferente destes supostos críticos positivistas.

Carlos Vogt: O senhor compara Gil Vicente a Brecht, (para retomar a sua exposição inicial). Esta comparação é feita em que sentido: mostrar a atualidade de Gil Vicente pelo sucesso de Brecht, ou mostrar que é impossível formular uma teoria do progresso das formas literárias?

Antônio José Saraiva: O problema é que no meu livro Gil Vicente e o Fim do Teatro Medieval, eu tinha formulado uma teoria de progresso no texto. Segundo a minha idéia, haveria um desenvolvimento desde o teatro medieval até o teatro moderno e cuja direção procurei apreender. Quando pela primeira vez vi representar uma peça de Brecht, esta concepção apareceu-me muito discutível, porque afinal eu encontrava, num teatro mais moderno que o teatro clássico, formas que existiam no teatro vicentino e, de maneira geral, no teatro medieval. Portanto, fui levado a perguntar se, efetivamente, este meu ponto de vista de que havia um certo desenvolvimento em direção a uma determinada meta não estava, afinal, completamente errado. E se, ao fim e ao cabo, Gil Vicente não representa determinadas formas

que, até certo ponto, estão fora do tempo, e que tanto pertencem ao século XV, como pertencem ao século XX. Por outras palavras, eu pensava que o tipo de teatro vicentino estava definitivamente morto e enterrado e verifiquei, na prática, que não estava. Logo, toda concepção de evolução dos gêneros, num determinado sentido, fica posta em causa. Este foi o problema.

Carlos Vogt: Ainda mais ou menos na mesma direção, o senhor acha possível ensinar a fazer arte, a fazer literatura? Qual o papel da criatividade num projeto desse tipo?

Antônio José Saraiva: Penso que é necessário distinguir arte como criatividade, por um lado, e, por outro, o ofício, isto é, o uso das técnicas artísticas. Assim acredito, por exemplo, que a existência de uma determinada escola e de uma determinada tradição levem ao aperfeiçoamento da capacidade de execução. Isto é bastante sensível, por exemplo, na escultura, na pintura. Está claro que a escola pode ajudar-nos a executar melhor uma determinada concepção artística. É uma coisa do tipo oficial, artesanal. Mas isso nada tem que ver com a criatividade propriamente dita. Esta é independente de escola, muito embora precise da escola para se exprimir. Não sei se me faço entender. De fato, a criatividade é uma questão estritamente individual, não tem que ver nem com a sociedade, nem com a escola, nem com qualquer outra instituição. Nasce com a pessoa e só se realiza através da pessoa. A criação artística é realmente um privilégio, um privilégio não no sentido negativo mas no sentido positivo desta palavra.

É há dois homens que justamente me impressionam porque não parecem ter atrás de si nenhuma escola e, no entanto, são duas figuras absolutamente excepcionais. É o caso de Gil Vicente, de que não se conhece escola, porque não havia uma escola de homens de teatro em Portugal antes dele, todavia é um artista fabuloso, um dos grandes artistas da Idade Média, quanto a mim. O outro é mesmo justamente aqui no Brasil, o caso do Aleijadinho. É um homem que evidentemente, teve uma escola pobre, visto que aqui no Brasil não chegavam os melhores artistas. Em Portugal, tínhamos, de qualquer forma, artistas italianos e outros contratados pela corte. Mas aqui no Brasil estes homens não chegaram. Era um país demasiado pobre e com muitas dificuldades de vida, como é evidente, onde só se podia entrar com um certo espírito de aventura e, portanto, só cá chegaram alguns santeiros e outros artistas oficiais, artesãos, que vinham aqui ganhar um pouco melhor a sua vida, mas não houve oportunidade para fazer uma escola de escultura. No entanto, o Aleijadinho aparece, e deixou uma obra perdurável e perfeitamente excepcional. Isso não se deve, portanto,

a nenhuma escola anterior, nem influência do meio ambiente, que não era favorável a este tipo de arte, mas deve-se unicamente ao gênio pessoal. O Aleijadinho trabalhou com as mãos e até trabalhou sem as mãos, porque, no fundo, as mãos eram apenas um instrumento da sua arte. O gênio não estava nas mãos. Para aproveitar este exemplo, direi que a escola educa as mãos, mas não forma o espírito, e a arte é uma questão de espírito e não de mãos.

Carlos Vogt: Como é que o senhor vê, depois desta exposição, a relação entre a história e a história da cultura, considerando que pode haver anacronismos culturais relativamente a um determinado processo histórico, que, digamos, do ponto de vista de sua evolução justificaria outra forma de manifestação e não aquela que acabou ocorrendo.

Antônio José Saraiva: Bem, eu hoje sou muito cauteloso no que diz respeito a uma teoria da evolução nas sociedades humanas. No fundo, esta teoria da evolução é construída a partir de séries de casos individuais, quer dizer, esta teoria da evolução é uma construção do nosso espírito feita a partir de realidades que são construídas por artistas ou por escritores mais ou menos geniais que viveram em circunstâncias diferentes; isto é, na realidade, a sociedade e uma determinada cultura dominante numa certa época não são outra coisa senão limitação ao gênio individual. Não sei se me faço entender. É evidente que um artista como Aleijadinho estava limitado, quer pela falta de modelos que correspondessem àquilo que ele procurava, quer por uma sociedade onde o número de pessoas capazes de admirar certas realizações artísticas não podia ser muito grande. Portanto, ele foi limitado pelo meio, não foi um produto do meio. Isto é que é uma das chaves, não é?, daquilo que penso sobre a realidade artística, incluindo a literatura. É que a sociedade limita o artista, não o produz. O artista produz... Não é o produto, primeira frase. O que ele é, é uma manifestação. De quê? Isto não sei. Mas o que sei com certeza é que não é a manifestação nem da economia, nem dos preconceitos sociais, etc... O artista luta contra estes preconceitos, o artista luta contra esta economia. O caso do artista pobre, não é verdade?, pobre precisamente por causa de seu gênio, é uma coisa demasiado conhecida para ser necessário insistir nela.

Carlos Vogt: Neste sentido, professor, a arte deixa de ser concebida como um reflexo da realidade?

Antônio José Saraiva: Isto porque esta pergunta supõe determinada idéia da realidade. É que nós temos uma tendência para considerar reais certas coisas e

irreais outras. Assim, consideramos a economia como uma coisa real, mas consideramos o espírito como uma mera frase, uma mera palavra sem significado. Aí parece-me haver um erro. É que a economia é algo que está sujeita à nossa observação, tem processos quase visíveis ao passo que o espírito não está sujeito à nossa observação. Não sei se me faço entender, a gente vê com os olhos mas não vê os nossos próprios olhos. Eles escapam à nossa vista porque, precisamente, é com eles que vemos. De maneira que pelos nossos olhos se não tivéssemos possibilidade de nos ver no espelho, nós não teríamos sequer a consciência dos nossos olhos, não saberíamos o que são os nossos olhos, não é verdade? É com eles que vemos. Mas sabemos muito bem o que é uma mesa, ou uma cadeira, ou um cinzeiro, ou qualquer coisa que nossos olhos vêem. Ora, acontece que aquilo com que temos a consciência da realidade não é visível à nossa percepção, porque é exatamente o sujeito do conhecimento. A economia é um mero objeto do conhecimento. E há um sujeito desse conhecimento. Esse sujeito é o que observa a economia, é o que conhece a economia. Portanto, considera que a realidade é a economia, considera, normalmente, como realidade aquilo que está fora de nós. Mas já não consideramos como realidade aquilo que nós somos. Nesse sentido creio que a pergunta talvez pudesse ser formulada de outra maneira. Pergunto o que é a realidade. Se a realidade é só aquilo que está fora de nós, então é evidente que os produtos da arte não são um produto da realidade, porque essa realidade que está fora de nós é só metade da realidade, a outra realidade, da qual não direi que a arte é o produto, mas direi que a arte é a manifestação.

Carlos Vogt: Quanto aos produtos da indústria cultural, da cultura de massas, não seriam eles, na verdade, produtos dessa "realidade" que está fora de nós?

Antônio José Saraiva: Parece-me que a cultura de massas precisamente na medida em que pretende ser cultura de massa, é uma cultura degradada, visto que é uma cultura que aceita os limites sociológicos, econômicos e técnicos. Nessa medida, é uma renegação da arte, porque o próprio do artista é não aceitar limites. O próprio do artista é uma atitude permanentemente transformadora. O artista serve-se dos meios que a tecnologia lhe oferece para realizar um projeto que está no seu espírito, e apenas procurando a fidelidade ao seu espírito. A comunicação com o público para o grande artista faz-se depois, quer dizer, a comunicação com o grande público não é aquilo que o grande artista procura. É uma comunicação que se realiza depois da obra produzida. Para o grande artista não interessa que o público seja numeroso. Basta que haja uma pessoa, uma simples pessoa basta para ele comunicar. Portanto, o artista não procura a comunicação de massas e até é capaz de sacrificar a comunicação de massas, se a su-



jeição às regras de comunicação de massa prejudicarem seu processo artístico íntimo. De maneira que, quando se faz intencionalmente comunicação de massa, está-se desde logo a aceitar limitações tecnológicas e outras que impedem a realização de um projeto artístico autêntico.

Carlos Vogt: O senhor disse anteriormente que a cultura é a consciência da civilização. Por que processo se adquire esta consciência?

Antônio José Saraiva: Confesso que essa pergunta me parece muito difícil: o processo pelo qual se adquire a consciência da civilização. De qualquer modo, esse processo supõe necessariamente a existência de um objeto conhecido ou a conhecer, e de um sujeito que conhece. Este ponto de partida parece-me perfeitamente inevitável e leva-nos sempre à mesma idéia de que existe algo que age e que conhece face à natureza e à sociedade, na medida em que ela se tornou uma segunda natureza. Esse algo que age é aquilo que nós próprios não conheceros, mas que nos leva a agir. Isto é uma maneira um bocadinho metafísica de pôr o problema, mas que me parece inevitável, e relacionado com o que já disse há pouco. Aquilo que nós conheceros é aquilo que está perante nós, aquilo que é uma materialização e em parte uma materialização do próprio espírito, na medida em que é uma produção do espírito. Ao passo que aquilo que conhece é muito mais difícil de apreender. No entanto, parece que vem a propósito falar da famosa distinção de Spinoza entre natura naturans e natura naturata. A técnica, a natureza, a sociedade instituída pertencem àquilo que nós poderos chamar natura naturata. Ao passo que o sujeito do conhecimento é natura naturans; é força que se realiza através de expressões, de manifestações materiais. Parece-me que aquilo de que a cultura trata é das expressões simbólicas mais próximas, mais íntimas da natura naturans. Poderos conhecer a natura naturans, isto é, o espírito, de uma forma individual e através dos seus próprios símbolos. Uma aproximação deste tipo é feito por Freud no estudo do sonho. O estudo da literatura tem alguma coisa que ver com o estudo do sonho. O estudo do sonho é a expressão mais imediata do espírito, anteriormente à sua realização prática, visto que o sonho é por natureza desligado da prática. A prática exige a repressão do sonho. Da mesma forma, a sociedade, a própria necessidade de sobrevivência, exigem a repressão das manifestações espontâneas do espírito. E por isso não é através dessas pulsões exteriores que nós poderos apreender o espírito que se realiza na natureza e na sociedade na sua forma mais íntima.

Carlos Vogt: No Renascimento português, por exemplo, como vê o senhor a relação entre história e cultura, e qual o papel da Companhia de Jesus neste relacio-

namento? Sabe-se que o projeto cultural da Contra-Reforma era medieval, em plena época histórica do Renascimento, o que fez, de certa forma, que no Brasil as primeiras manifestações literárias fossem autos de fé, como no caso de José de Anchieta.

Antônio José Saraiva: Concordo com a idéia de que a Contra-Reforma é no fundo o prolongamento de uma ideologia medieval e de uma sociedade medieval contra a inovação trazida pelas grandes figuras renascentistas. Mas, por outro lado, é preciso ver também que no Renascimento, homens como aqueles que punham, no fundo, em causa, a ideologia estabelecida, criavam em relação às pessoas, de um modo geral, um sentimento de insegurança. O mundo medieval é uma espécie de casulo, dentro do qual as pessoas tinham se habituado a viver e a areca de desintegração deste mundo, que o Renascimento traz positivamente, era inquietante para muitas pessoas e, nomeadamente, para a média das pessoas. Daí que a Contra-Reforma possa contar com uma base popular, isto é, com as formas tradicionais de devoção, com as superstições medievais, com as formas de pensamento escolástico a que as pessoas se tinham habituado, com o aristotélico. Tudo isso são formas tradicionais, que durante um certo período o Renascimento parece abalar, desintegrar completamente e a Contra-Reforma vem basear-se neste instinto de defesa social que todas as sociedades têm naturalmente. É significativo, de toda maneira, que um homem como Ignácio de Loyola tenha vindo de uma região como a Espanha, onde a cultura popular é muito forte, ter uma presença muito grande. Ignácio de Loyola, por aquilo que sabemos de sua biografia, era um homem que lia vida de santos, quer dizer, era um espírito inteiramente medieval. O seu projeto corresponde, portanto, de um ponto de vista social, ao sentimento de uma massa muito numerosa de cristãos. Sorrento o problema da Companhia de Jesus foi - e aqui parece estar uma das chaves do problema - foi poder dar uma resposta à cultura, à literatura, à ciência, etc., trazidas pelos humanistas. Ora, esta resposta a Companhia tentou dá-la através de um regime de estudos que, aproveitando das técnicas pedagógicas humanistas e aproveitando destes autores clássicos, tentavam recuperá-los e inseri-los num esquema que era, ao fim e ao cabo, o esquema tradicional. Assim, por exemplo, os autores humanistas são conhecidos nas escolas dos jesuítas, mas através de antologias, antologias que tornaram estes autores meramente ornamentais e efetivamente inofensivos.

Carlos Vogt: Num trabalho seu, falando d'Os Lusíadas e do D. Quixote, o senhor compara as duas obras no que concerne ao que chama a veiculação de uma ideologia oca, e identificando esta ideologia com uma certa funcionalidade dentro do Renascimento ibérico. Qual a funcionalidade desta ideologia

Antônio José Saraiva: A idéia da ideologia oca vem do sentimento que eu tenho de que a doutrina religiosa é mais do que religião. A doutrina tradicional no século XVII, junto de coradas importantes, continua a existir como quadro de pensamento mas não tem a adesão íntima e profunda da sensibilidade destas coradas. Assim, por exemplo, uma coisa que me faz pensar é a teatralidade, a porpa, um certo expressionismo que se encontra na arquitetura, na escultura, na literatura do século XVII. Dá-me a impressão de que há uma espécie de inchação da forma, uma espécie de afirmação exterior que, no fundo, procura compensar a diminuição, a língua íntima da fé. Minha idéia é fundamentalmente esta. Por exemplo, em relação ao Camões, pois Camões é o homem que dá a expressão mais porposa ao sentimento imperial português e faz isso justamente numa época em que havia uma íntima crise e uma dúvida sobre a possibilidade de manifestação deste império. Aqui a afirmação exterior é como uma tábuia de salvação para algo que interiormente está diminuído. Isso é da nossa experiência de todo dia. Quando sentimos que um sentimento dentro de nós vai desaparecendo, não é verdade?, e nós queremos por qualquer razão manter-nos fiéis a este sentimento, então é que o afirmamos mais por fora. Quanto mais fazemos expressão de uma determinada forma de sentimento ou de convicção, mais isso corresponde a uma ausência dele, a uma fuga dele do interior de nossa personalidade. E portanto eu penso que a ideologia católica tradicional, assim como a ideologia social herdada da Idade Média, no século XVII, estão em crise. O século XVII é o século da verdadeira crise. Bem, na Europa, é a época em que se desenvolve a ciência, etc., e, portanto, procura-se formular um outro tipo de pensamento. Ao desaparecimento da crença, ou, antes, da fé, corresponde, em certos países da Europa, na França e mesmo na Itália, a formulação de uma alternativa para o ideário anterior, para o ideário medieval e aristotélico. Assim, por exemplo, as definições da física de Galileu são uma alternativa para o saber escolástico. Na península ibérica houve uma recusa a essa alternativa, uma recusa quase oficial, quer dizer, uma recusa social. Mas isso não significa que a própria fé não tivesse diminuído e, portanto, a ideologia tornava-se oca. Fugia-lhe como a casca do caracol onde já não há o animal. O animal, não é verdade?, estava minguando, estava torrendo. E nesse sentido a ideologia tradicional estava se tornando oca.

Carlos Vogt: Houve no Brasil um prolongamento do gótico, do barroco que fosse mais autêntico do que o que ocorreu em Portugal?

Antônio José Saraiva: O Brasil era uma região arcaica relativamente não só à Europa mas também a Portugal, na medida em que Portugal estava mais próximo dos centros de criação artística e cultural da Europa. No Brasil, não houve

corte antes da chegada de D. João VI, não havia outro ensino que não fosse o dos jesuítas, não havendo sequer tipografia. Neste sentido, era uma província arcaica e que tendia a conservar a arte tradicional. É neste sentido que eu penso que as formas tradicionais, que eram fundamentalmente góticas, tendem aqui a manter-se numa época em que na Europa já tinham sido substituídas e mesmo em Portugal já estavam num certo recuo.

Carlos Vogt: O senhor citaria um autor em que esta manifestação tenha se dado de uma forma cultural mais adequada sincronicamente? Penso por exemplo em Padre Antonio Vieira.

Antônio José Saraiva: Justamente, o Vieira é um caso extremamente interessante porque ele foi formado no colégio dos jesuítas na Bahia desde criança. Ora, os jesuítas da Bahia, naturalmente, não eram aqueles que estavam mais ao corrente das inovações. Eram jesuítas profundamente empenhados na ação, diretamente na ação, nas missões e naturalmente não tinham muito espaço nem muito ensejo para especulações intelectuais, ou para experiências artísticas. Portanto, o Vieira é formado também numa escola que fundamentalmente preparava missionários e que ligava o Brasil ao universo cultural do Ocidente através da ideologia da Companhia de Jesus. Para mim é bastante curioso, e é com certeza significativo, que o Vieira, tendo sido formado no Brasil, foi pela primeira vez à Europa depois da Restauração; teve seu primeiro contacto com a corte nessa altura e quase de uma forma súbita passou a ser do dia para a noite o primeiro orador português na corte e fora da corte. Quer dizer, é um homem que tem uma formação, como digo, arcaica e que se torna uma personalidade representativa e acatada na própria metrópole. Isto leva a pensar que, no fundo, a metrópole era também bastante arcaica e que, finalmente, não é verdade?, é nessa formação que o português dessa época se sente mais realizado. Para mim é de fato um fenómeno impressionante. Ora, o Vieira, parece-me, é um autor bastante medieval, perfeitamente medieval. Um sermão do Vieira tem um tipo de construção, um tipo de frase que o Renascimento já tinha rejeitado completamente. Inclusivamente, os pregadores portugueses do século XVI são de um tipo muito diferente. Os pregadores da corte, bem entendido, aqueles cujo conhecimento chegou até nós, como Diogo Paiva de Andrade, por exemplo, que foi um orador muito conhecido. Esse homem teria considerado Vieira como um bárbaro. Aqui, põe-se novamente o problema do gênio individual. Quer dizer, o Vieira é um homem que através dos meios de que dispunha, que eram perfeitamente medievais conseguiu realizar um gênio pessoal que não tinha nada a ver com eles. Não sei se me faço entender! É o caso do Aleijadinho, não é verdade?

Através dos meios que lhe tinham sido ensinados por algum santeiro da aldeia, ele realizou um gênio que era seu. Com o Vieira dá-se um caso parecido. É sem dúvida nenhuma um homem genial, um dos melhores escritores de língua portuguesa de qualquer época. Simplesmente os meios que ele tinha eram aqueles em que tinha sido formado no colégio da Bahia. Portanto, temos que considerar aqui um outro fator que eu há pouco não estava considerando, o de que Vieira conseguiu impor-se não apenas pelas suas formas arcaicas - que é um problema de ordem sociológica -, mas também pela sua personalidade individual, que era só dele, que não era de mais ninguém, e que lhe dava uma possibilidade de comunicação intensa, como toda a sua história mostrou.

Carlos Vogt: Para mudar um pouco, vamos fazer um salto. O senhor diria que a literatura portuguesa e as atividades, em geral, em Portugal já manifestam a situação de desafogo democrático que hoje caracteriza politicamente o país?

Antônio José Saraiva: Por enquanto, isso ainda não se manifestou no nível da criação literária. Os escritores que hoje continuam na berlinda - não sei se conhece a expressão - são de maneira geral, aqueles que já estavam antes do 25 de abril. É claro, eu digo isso pondo a ressalva de casos de que eu não tenha conhecimento. Mas creio que não erro muito se disser que os que já eram conhecidos, lidos e admirados antes do 25 de abril, são aqueles que continuam pontificando em Portugal. Penso, por outro lado, que o processo político e social do 25 de abril foi tão rico, tão inesperado e tão impressionante que ele se vai, certamente, manifestar no futuro, quer dizer, quando começarem a escrever as gerações mais novas, aqueles moços que tinham 15, 16 anos e até 20 na época em que o 25 de abril se desencadeou. Continuamos a viver da herança passada. Há, no entanto, uma coisa que é muito positiva: é que o escritor de antes do 25 de abril estava, de certa maneira, enclausurado entre duas alternativas: ou a adesão ao regime e à ideologia dominante ou à sua recusa. E esta recusa permitia uma grande variedade de opções. Quer dizer, o escritor era anti-fascista e este anti-fascismo, naturalmente pela necessidade da própria prática política, tinha características muito homogêneas. Depois do 25 de abril há uma grande variedade de opções. Houve até agora. Houve diversas versões do marxismo, por exemplo; o próprio problema do marxismo, só depois do 25 de Abril é que pode ser discutido de uma forma aberta e, por consequência, o ambiente intelectual em que hoje se vive em Portugal é profundamente diferente daquele em que se vivia antes do 25 de Abril. Estou convicto, naturalmente, de que isto vai ter uma projeção no futuro. E vai, so-

bretudo, quebrar uma certa estagnação, um certo enclausuramento, um certo beco em que, em Portugal, temos vivido até agora.

Carlos Vogt: O senhor é otimista quanto às soluções para os impasses econômicos e políticos em que Portugal vive hoje?

Antônio José Saraiva: Creio que neste momento é preciso ter a cabeça muito fria, porque a aparência dos acontecimentos nos pode levar a um pessimismo muito profundo. Se considerarmos a situação da economia portuguesa, por exemplo, daquilo que se pode ver, poderemos dizê-la trágica. E nessas condições temos que alargar nossas perspectivas e evitar de atermo-nos às aquelas linhas que apontar para o impasse. Quer dizer, temos que virar as costas ao fio do impasse para podermos ver que este impasse talvez não seja o único campo, o único espaço dentro do qual nos moveros. É preciso contar com a energia espiritual do país, com seu instinto de sobrevivência, com a cultura e, portanto, com a sua capacidade de invenção e de reação ao exterior e às circunstâncias. Neste ponto, queria dizer uma coisa. É que há um fator muito importante para sair do impasse de que falou e que seria necessário desenvolver: a imaginação. Digo isso pensando nos portugueses. Temos que evitar retermo-nos dentro do beco e, portanto, dentro da ratoeira. Temos o risco, em Portugal, se considerarmos as coisas de uma maneira limitada, de cair numa ratoeira de onde não é possível sair. E por isso é preciso alargar mais o campo de visão, considerar as coisas sob múltiplos aspectos, e não só o econômico, e usar da imaginação. Ora, para isso não poderos contar só com os políticos. Nem sequer apenas com os intelectuais que vêm do passado. A verdade é que o salazarismo foi um beco organizado, dentro do qual, talvez, as pessoas tenham perdido o horizonte e o hábito de imaginar. Portanto, penso que há que alargar o horizonte e há que usar dos miolos para imaginar as coisas.

Carlos Vogt: Professor, dizem que o senhor acha que uma das soluções possíveis para Portugal seria, de alguma forma, uma união com o Brasil. Isto é a sério ou não?

Antônio José Saraiva: Bom, nós temos um pouco o direito de sonhar e de imaginar as coisas fora de seus condicionamentos imediatos. Mas, fundamentalmente, parece-me que existe neste momento uma cultura luso-brasileira. Isto parece-me uma realidade. Isto é, os problemas brasileiros e os problemas portugueses são profundamente diferentes. As perspectivas que se abrem a cada um destes países não têm qualquer semelhança. Mas os meios com que se pode tentar a solução destes problemas, estes são comuns. Chego

aqui ao Brasil e não posso dizer que me sinto fora de casa, embora não esteja exatamente dentro. Eu dialogo com os brasileiros sem qualquer dificuldade. Na rua, a única diferença que sinto é a existência dos grandes arranha-céus, porque no comportamento da multidão, etc., não vejo qualquer diferença. A tal ponto que eu tinha pensado em fazer um diário de viagem e o diário está bastante prejudicado, porque não tenho assim muito a sensação de estar a fazer uma viagem no exterior. O que é importante é que criou-se de fato uma realidade cultural que existe em Portugal, no Brasil e em África. Esta realidade cultural é para mim evidente e seria, talvez, interessante, - e é isto o tema que eu proponho à consideração das pessoas - desenvolver as virtualidades contidas nesta realidade. Por outras palavras, uma cultura é uma criação que tem determinadas possibilidades de desenvolvimento. É uma criação fundamentalmente espiritual e a mim parece-me que o fato de ter aparecido um mundo cultural que tem a sua expressão linguística própria representa um enriquecimento dentro da cultura mundial. Essa cultura pode ter uma mensagem sua, que pode acrescentar-se a uma mensagem hispânica, a uma mensagem francesa, a uma mensagem germânica, a uma mensagem anglo-saxônica, etc. Portanto, seria importante procurar qual é a mensagem e qual a forma de estar na vida que esta cultura contenha. Este problema põe-se para portugueses e brasileiros que herdaram esta cultura comum. Parece-me que seria empobrecer a questão pondo-a apenas em termos conjunturais ou dentro de fatores meramente políticos.

Carlos Vogt: O senhor imagina a viabilidade de soluções políticas comuns para este universo cultural formado por Portugal, Brasil e os países da África de língua portuguesa?

Antônio José Saraiva: Bem, soluções políticas comuns, parece-me que não. A política está já num nível relativamente mais baixo que aquele em que estou pondo a questão. O que pode acontecer é que cada um desses países encontre soluções globais que tenham entre si afinidades. É isto o que eu queria dizer. Não propriamente por uma ligação de ordem política mas afinidades, porque elas derivam do mesmo fundo cultural.

Carlos Vogt: A independência das antigas colônias portuguesas na África tem já alguma repercussão, do ponto de vista cultural, em Portugal atualmente?

Antônio José Saraiva: Tenho a impressão que as repercussões das independências das antigas colônias vai levar tempo a fazer-se. Portugal começou a fazer um império ultramarino no princípio do século XV e, fez três impérios em

400 anos. Portanto, isto marcou gerações sucessivas e toda a história de Portugal foi imaginada, em diversos autores, como uma história imperial. Isto talvez até seja uma compensação de uma profunda fraqueza. O sentimento desta fraqueza, bem no fundo, existe na consciência dos portugueses. Quer dizer, o império é uma compensação de uma debilidade íntima. Ora, a ideia de império aparece já no século XVI formulada por Camões e, no fundo, Os Lusíadas são o livro que dá o paradigma da história de Portugal, tal como em Portugal temos consciência dela. Os Lusíadas são uma obra mítica, não é verdade? Este império já não tem nada a ver conosco, se é que alguma vez teve. É o tal problema de que as ideias, a consciência, não acompanham o andamento da realidade. A questão é esta. É que Portugal não encontrou alternativa para o seu império. É isso o que nós estamos procurando, quer ao nível político, quer ao nível económico, quer ao nível cultural, se assim se pode dizer. É isso que nós temos procurado, mas isso vai levar tempo, não é?

Carlos Vogt: Existe em Portugal hoje o que se poderia chamar uma vanguarda artística, uma vanguarda literária? Como o senhor a definiria, caso considere que ela exista?

António José Saraiva: Eu penso que neste momento não vejo uma vanguarda em Portugal. Há autores vanguardistas. Mas não há propriamente um movimento. A literatura portuguesa foi infelizmente dominada, estrangulada pela conjuntura política. Quer dizer, aquilo que aparecia como projeto mais imediato ao escritor português era a luta contra aquilo que bem ou mal se chamava fascismo. E isso não deixava aos escritores muita disponibilidade para a aventura no campo da imaginação. Penso que fomos bastante vítimas desta situação e que ela ainda hoje está se fazendo sentir. Mas tenho esperança de que se modifique.

Carlos Vogt: O senhor é professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Qual a situação da Universidade hoje em Portugal? O que é que mudou na Universidade depois do 25 de Abril em relação ao salazarismo?

António José Saraiva: Em Portugal existia, nos últimos anos antes de 1974, um problema universitário grave. A Universidade estava aniquilada, tinha uma dificuldade grande em adaptar-se ao mundo moderno e não se via exatamente a maneira de como levar as universidades à transformação. Daí, certas tentativas, como por exemplo as universidades novas que pretendiam resolver este problema. Ora, o 25 de Abril ofereceu uma possibilidade de renovação profunda da instituição universitária. E aquilo que eu conheço, que se refere especialmente à Faculdade de Letras, mostra que esta



oportunidade não foi perdida. Houve uma transformação verdadeiramente revolucionária dentro da Faculdade de Letras de Lisboa, sendo que os catedráticos perderam o poder, que até aí mantinham zelosa e ciosamente. A transformação foi feita sem a intervenção do governo, nem sequer foi confidentermente planejada. Saiu quase espontaneamente das asserbléias gerais em que as forças dominantes partiam ou dos próprios estudantes ou dos jovens assistentes. Daí resultou uma transformação que tem sido apreciada de maneiras diversas, mas que a mim me parece profundamente positiva. Em vários aspectos: na renovação dos programas, nos temas ensinados, na renovação do pessoal docente, nas relações entre professor e aluno e em experiência de novos tipos de aula. É claro que, no meio desta transformação, que, como digo, não foi preparada nem planejada, houve certos abusos, houve aquilo que lá nós também chamamos bagunça. Isso serviu de pretexto a uma contraofensiva no fundo inspirada pela mentalidade universitária tradicional. O que eu queria dizer é o seguinte: ao passo que os jovens assistentes da Faculdade de Letras conseguiram apresentar e realizar, em grande parte, um modelo novo de Universidade, o Ministério da Educação não tem qualquer projeto coerente de reforma universitária e apenas está limitado na sua legislação a, fundamentalmente, apontar para o estabelecimento do status quo e isso deve-se principalmente à preocupação de restaurar a ordem que até certo ponto se justifica, mas deve-se também à falta de qualquer alternativa para a velha Universidade ao nível da direção do Ministério da Educação em Portugal. Queria deixar isto aqui apontado, porque na realidade o Ministério está fazendo uma reestruturação e pelo que conheço esta reestruturação representa um retrocesso em relação aquilo que os estudantes e jovens assistentes fizeram na Faculdade de Letras após o 25 de Abril.

Carlos Vogt: O senhor fundou, mais ou menos recentemente em Portugal, uma revista que se chama Raiz e Utopia. Por que este nome e quais são as posições, os propósitos desta revista no contexto português atual?

Antônio José Saraiva: Raiz e Utopia nasceu da reflexão de algumas pessoas sobre aquilo que poderíamos chamar a crise de nossa civilização, que se está fazendo também sentir em Portugal. Isto é, a crise de uma civilização que nós poderemos chamar cartesiana que se tem desenvolvido sempre no mesmo sentido, do século XVII para cá, e que tem destruído um certo número de alternativas que na Renascença, por exemplo se encontram. Ora, nós fazemos, portanto, uma crítica dessa civilização, uma crítica da orientação tecnológica, uma crítica da centralização, uma crítica da burocracia, uma crítica da abstração nas relações sociais, uma crítica até da própria ciência na medida em que está a ser condicionada pelo mercado e pe-

la tecnologia. Evidentemente, é bastante difícil encontrar soluções. No fundo nós somos contra a utopia apesar da palavra Utopia figurar no nosso título. Somos contra a utopia na medida em que estamos convencidos que um projeto utópico completamente elaborado é sempre um projeto que leva à violência e, portanto, a uma nova opressão. Basta lerbrar, por exemplo, o projeto utópico leninista na União Soviética ou, para ir mais longe, o projeto calvinista em Genebra que se transformou numa terrível ditadura. Pensamos que o projeto utópico imposto de cima leva sempre a uma sociedade profundamente repressiva. Pensamos, ou antes sonhamos, se assim quiser, que a transformação da sociedade virá de dentro dela mesma, mas não de uma forma autoritária, segundo um esquema marxista. Antes, de uma forma voluntarista de pessoas simples particulares, que procurarão modos de viver mais humanos e mais suportáveis dentro do esquema geral da sociedade. Pensamos, portanto, que os desejos, os sonhos, as ansiedades e as esperanças das pessoas podem ir penetrando dentro do esquema social em que vivermos e o transformando por dentro e através desse processo, de tipo complicado, sinuoso, talvez, a certa altura, nos permitir vislumbrar certos princípios gerais que poderão presidir a uma sociedade mais humana, a uma sociedade menos apertada, a uma sociedade multidimensional. A idéia é fundamentalmente esta.

Carlos Vogt: E quanto à palavra Raiz?

Antônio José Saraiva: Quanto à palavra Raiz no nome da revista, é porque o nosso projeto se baseia na torrade de consciência profunda e radical da própria sociedade em que vivermos. Quer dizer, nós não nos colocamos fora da sociedade em que vivermos, mas dentro dela, porque pensamos que é dentro dela, por sucessivas alterações, ainda que não possamos dar nenhum programa, que um mundo diferente pode ser construído.

Carlos Vogt: E em relação à política portuguesa, professor?

Antônio José Saraiva: Colocamo-nos fora da política cotidiana porque pensamos que o jogo político do dia-a-dia nos poderia levar a aceitar as regras de comportamento, as regras do sistema de Estado. Considerando que os partidos políticos são forças de centralização, de massificação; nesse sentido, estes partidos não nos interessam. Não fazemos, portanto, o jogo deles. Por outro lado, temos feito, sobretudo críticas. Temos inclusive feito críticas à noção de progresso, que é uma noção que está hoje em crise, parece-me, e todos o sentimos. Mesmo aqueles que não chegaram claramente a essas idéias, sentem-na confusamente; uma crítica à noção de Estado. No campo mais prático e mais concreto, nossa tarefa é sobre-

tudo alertar a opinião portuguesa para o perigo e as consequências do estabelecimento de centrais atômicas. Fazemos uma campanha. Temos grande interesse por problemas ecológicos, para o problema de apresentar alternativas para o atual sistema médico. Tudo isso nos interessa. Não temos grandes ilusões sobre o nosso trabalho. Ele irá possivelmente motivar e consciencializar umas tantas pessoas e congregá-las numa certa orientação, se bem que não tenhamos qualquer projeto de fazer um movimento. Nem um partido, nem um movimento. Queremos apenas abrir caminhos, para que as pessoas circulem por elas mesmas, e por sua própria vontade. De fato, a revista foi um sucesso, venderos os 3.000 exemplares que tinhamos planejado e não sei se o segundo número já saiu. Penso que sim. Deve ter saído na minha ausência e temos o terceiro em preparação. Contamos também com o apoio, bem entendido espiritual, de organizações fora de Portugal, imediatamente em França com os grupos que, digamos, mais ou menos vão dentro do ideário de Edgar Morin. Agora seria mais interessante ter um contacto com o Brasil. Estaros mais interessados em que esta revista cá chegasse.

Carlos Vogt: E quanto ao problema da linguagem? Existe na revista um lugar para experiências com a linguagem?

Antônio José Saraiva: Sim. Também nos interessamos pelo problema da linguagem. Fazemos uma pequena tentativa numa secção que chamamos Arvorestruz. Fazemos experiências de discurso literário novo, que evidentemente são apenas experiências. Não há modelo que nós apontemos às pessoas. Apenas para mostrar, não é verdade?, como, ao fim e ao cabo, as palavras são mutáveis, são transformáveis e podem abrir ou fechar a imaginação das pessoas.

Carlos Vogt: Professor, o senhor publicou, mais ou menos recentemente, em Portugal, um artigo criticando o neo-realismo português. Como a tão decantada influência da literatura brasileira sobre a portuguesa se faz sentir mais fortemente pelo neo-realismo que teria penetrado em Portugal via Açores, gostaria que o senhor nos falasse dos pontos principais de sua crítica.

Antônio José Saraiva: O neo-realismo para mim sujeita-se principalmente a uma crítica. É que cerca de 1915 dá-se em Portugal, como o movimento modernista, um princípio de transformação literária e artística, de maneira geral, representado por homens como Fernando Pessoa, Sá Carneiro, Almada Negreiros que aponta para caminhos completamente novos, e que se manifesta naquilo que a meu ver é essencial na literatura e nas artes plásticas, que é a contestação do discurso estabelecido, a criação de um

novo discurso. Ora, esse movimento encontra a resistência da inércia intelectual existente, e o neo-realismo vem precisamente confirmar esta inércia. Isto é, o neo-realismo é profundamente conservador em matéria de discurso. É um movimento que, no que respeita à articulação das palavras, ao valor das palavras e à comunicação é profundamente tradicionalista, e recua ao século XIX. Creio, por exemplo, que os neo-realistas se aproveitaram muito mais de Julio Diniz, que é um escritor conservador por excelência, no que respeita à expressão, do que do Fernando Pessoa, ou mesmo dos grandes escritores do fim do século XIX. Uma arte que não renova os meios de expressão é evidentemente uma arte que se inova dentro dos quadros estabelecidos, dentro da mentalidade estabelecida. Por isso me parece haver uma certa correspondência entre o salazarismo, que é um movimento profundamente conservador, e o neo-realismo que é igualmente um movimento conservador, se o analisarmos dentro desta perspectiva. Naturalmente que os neo-realistas estavam em oposição política ao regime salazarista, mas a meu ver é uma oposição dentro do mesmo sistema. Quer dizer, eles procuravam uma alternativa política e ideológica, ou antes, um programa, um projeto político que, no fundo, cabia dentro do universo em que se integrava também o salazarismo. Feitas as contas, da perspectiva que estou considerando, chegamos à conclusão de que o neo-realismo foi uma força de conservação e de estagnação. Isto põe um outro problema: em que medida é que o salazarismo efetivamente criou as condições dentro das quais a inteligência portuguesa durante algum tempo estagnou, ou se, afinal, ele é um produto de condições preexistentes. De qualquer forma, parece-me que uma transformação da mentalidade portuguesa passa pela transformação dos meios de expressão, pela transformação da forma de usar a palavra, pois aí é que se manifesta uma mudança efetivamente radical na mentalidade.

Carlos Vogt: E do ponto de vista político?

Antônio José Saraiva: Também ao nível doutrinário e ao nível da prática política, o neo-realismo corresponde ou coincide com um certo conservantismo, porque o neo-realismo que tinha um ideário marxista traduz-se na especulação filosófica por uma espécie de positivismo estreito, degenerado, que é o stalinismo. O marxismo português, no nível da prática política é stalinista e evidentemente o stalinismo não é o marxismo. O stalinismo é uma amputação daquilo que o marxismo tem de mais criador e de mais transformador. Mais uma vez ficamos nesta posição dos marxistas portugueses, uma certa falta de imaginação criadora no campo filosófico, que é bastante característica, aliás, da cultura portuguesa. Digamos, a imaginação ao

nível propriamente literário, ao nível de uma certa capacidade de invenção, que encontramos em nossos grandes escritores, não ter o seu correspondente na imaginação, ao nível das idéias e ao nível do espírito propriamente filosófico. Neste aspecto, o neo-realismo confirma mais uma vez o velho positivismo português relacionado, naturalmente, com o positivismo francês, sempre que o positivismo é uma filosofia de preguiçosos, de pessoas intelectualmente pouco ativas.

Carlos Vogt: O senhor acha que se poderiam estender as suas considerações sobre o neo-realismo português ao neo-realismo brasileiro?

Antônio José Saraiva: Acho que não. Acho que, precisamente, há uma diferença muito grande entre o neo-realismo brasileiro e o neo-realismo português, e que o brasileiro é muitíssimo mais rico. Recorre a valores afetivos, por exemplo, que no neo-realismo português são sistematicamente reprimidos. Mesmo um escritor como Jorge Amado, que em determinada fase foi muito programático, eu lembro perfeitamente do sentimento de novidade que me provocavam seus romances, pela grande liberdade dos sentidos, por uma grande expressão afetiva e por uma capacidade de sonho e de lirismo, que o neo-realismo português nunca atingiu.

Carlos Vogt: Como o senhor vê o papel dos militares em Portugal hoje? Qual, segundo o senhor, deveria ser este papel?

Antônio José Saraiva: Bem, o 25 de Abril nasceu de uma conjuração militar e existiam dentro das forças armadas portuguesas diversos grupos com orientações diversas. Uns eram favoráveis ao antigo regime, outros eram favoráveis à sua modificação. Acontece que a dominação militar em Portugal significa a dominação de alguns militares. Significa que alguns militares torceram o poder dentro das próprias forças armadas e ter que o manter contra manifestações diversas que existem em vários núcleos das forças armadas. Isto é, o regime militar é necessário contra os próprios militares. Isto, naturalmente, do ponto de vista do contexto histórico que caracteriza Portugal hoje. Porque do ponto de vista de Raiz e Utopia somos contra a existência de qualquer força armada.